



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 227, DE 2007. (do Deputado Milton Monti)

Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.

EMENDA Nº

Modifique-se a redação dada ao *caput* do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, pelo art. 30 do Projeto de Lei n.º 227, de 2007, da seguinte forma:

“

.....

Art. 30. O art. 7º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Secretaria da Receita Federal, atendendo aos princípios de segurança, economicidade e facilitação logística para o controle aduaneiro, poderá organizar recinto de fiscalização aduaneira em local interior convenientemente localizado em relação às vias de tráfego terrestre e aquático, nos pontos de fronteira alfandegados, com a anuência dos demais órgãos e agências da administração pública federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Laerte Bessa

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a permitir que os demais órgãos da administração pública participem, efetivamente, dos atos referentes às operações de comércio exterior nos quais estejam envolvidos.

A criação de recintos de fiscalização aduaneira em local interior, nos pontos de fronteira alfandegados são a primeira barreira de controle fitossanitário (Anvisa), de repressão ao contrabando (Polícia Federal) e diversos outros tipos de controle exercidos por significativa parcela de entes governamentais, que deverão ter poder de anuência ou veto na instalação desses recintos fiscais.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado LAERTE BESSA
PMDB/DF